

## ATA DE JULGAMENTO SEI

Ata da reunião para julgamento dos documentos de habilitação, apresentados ao **Edital de Credenciamento nº 006/2023** destinado ao **credenciamento de empresas para execução de obras de pavimentação em paver retangular de concreto, pela iniciativa privada, em vias públicas do Município de Joinville de acordo com o disposto na Lei Municipal n.º 3.795 de 29/09/1998, e DECRETO Nº 43.664, de 03 de agosto de 2021 que regulamenta e institui o Programa de Pavimentação Comunitária**. Aos 08 dias de fevereiro de 2024, reuniram-se na Secretaria de Administração e Planejamento, os membros da Comissão designada pela Portaria nº 280/2023, composta por Cláudio Hildo da Silva, Rodrigo Edurado Manske e Sabine Jackeline Leguizamon, sob a presidência do primeiro para julgamento dos documentos de habilitação. Empresa participante: **Tectubos Artefatos de Concreto Ltda** (documento SEI nº 0020003633). Após análise dos documentos, a Comissão passa a fazer as seguintes considerações: Com amparo no art. 43, § 3º da Lei 8666/93: *“É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”*, solicitou-se através do Ofício SEI nº 0020019572, que a empresa se manifestasse acerca dos seguintes apontamentos: **1)** Não foi apresentado o documento de identidade do representante legal da empresa, conforme exigido no subitem 6.3.2 do edital *"O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade, e se for o caso, procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado na licitação"*. **2)** Considerando que, não foi possível realizar a certificação da assinatura digital contida nos documentos: "Solicitação de Credenciamento" e "Declaração de que a proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal". Considerando que, documentos assinados em meio digital só possuem validade se confirmada a autenticidade das assinaturas. Considerando ainda que, no caso em tela, o sistema adotado de assinatura digital, é possível validar a sua autenticidade somente através de certificados digitais de documentos em meio eletrônico. Desta forma, diante da impossibilidade de certificação das assinaturas constantes no documento citado, solicitou-se que a empresa apresentasse os documentos originais eletrônicos assinados, em formato .pdf ou .p7s (qual seja aplicável), para certificação das assinaturas dos referidos documentos. **3)** Considerando que, a certidão de pessoa jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-SC registra a seguinte informação *"Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos."* Considerando que o capital social registrado na certidão é de R\$ 100.000,00 e o capital social registrado na 1ª alteração contratual é de R\$ 1.000.000,00. Deste modo, diante da apresentação da certidão de pessoa jurídica junto ao CREA-SC desatualizada quanto ao capital social em relação à alteração contratual, e pela vedação do órgão emitente apresentada no corpo do texto do documento, solicitou-se a apresentação de certidão de pessoa jurídica válida, a fim de atender ao estabelecido no subitem 6.3, alínea "n" do edital. Em resposta, a empresa encaminhou os documentos solicitados regularizados e nos termos do subitem 6.1 do edital, o qual foram aceitos e validados pela Comissão, documento SEI nº 0020053562. Deste modo, a Comissão decide **HABILITAR: Tectubos Artefatos de Concreto Ltda**. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata que vai assinada pelos presentes.

Cláudio Hildo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

Rodrigo Eduardo Manske

Membro da Comissão de Licitação

Sabine Jackeline Leguizamon

Membro da Comissão de Licitação



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Hildo da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 08/02/2024, às 10:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Eduardo Manske, Servidor(a) Público(a)**, em 08/02/2024, às 10:08, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sabine Jackeline Leguizamon, Servidor(a) Público(a)**, em 08/02/2024, às 10:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020060600** e o código CRC **20A6C7E9**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguazu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -  
[www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

22.0.429942-6

0020060600v3  
0020060600v3